

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL COMO CAMPO DE PESQUISA¹

CECILIA MARIA MOURÃO CARVALHO

Docente na Universidade do Estado da Bahia, Campus X, Teixeira de Freitas; Mestre em Educação e Contemporaneidade. E-mail: cmourao@uneb.br

1 O presente artigo é parte da pesquisa vinculada ao Mestrado em Educação e Contemporaneidade da autora (Uneb/2019).

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo analisar o estado da arte acerca das pesquisas sobre a atuação dos Conselhos Municipais de Educação (CME) e sua relação com o desenvolvimento territorial. Para tanto, buscou mapear os trabalhos que discutem as inter-relações dos campos desenvolvimento territorial e educação, no complexo contexto político brasileiro contemporâneo. O percurso metodológico foi baseado no enfoque qualitativo com utilização de pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental para a investigação, partindo do eixo da análise de conteúdo. Numa dimensão macro, o enfoque é dado às inter-relações educação e desenvolvimento e ao território enquanto lócus da construção e reconstrução dos grupos sociais. Os resultados apontam que a produção científica que discute a atuação do CME atrelada ao desenvolvimento territorial, ainda é incipiente. Dessa forma cabe ampliar o rol de pesquisas que analisem a repercussão da atuação do CME e da educação no desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Conselho Municipal de Educação, Desenvolvimento territorial, Participação social.

INTRODUÇÃO

Os Conselhos gestores de políticas públicas constituem espaços que evidenciam as relações entre estado, sociedade, democracia e participação. Estes inscrevem-se no esforço pela consolidação da Democracia no país, como medida institucionalizada decorrente do processo de redemocratização, propondo uma nova forma de representação que não a eleitoral.

Nas duas últimas décadas houve o fortalecimento das relações entre a sociedade civil e o Estado, com a ampliação e diversificação dos canais de participação por meio de uma política nacional de participação social (PNPS), oficializada por meio do Decreto n. 8243/2014 e concretizada através da constituição de conselhos, colegiados, comissões, e da realização de conferências, audiências públicas e outros.

Tal política foi duramente golpeada pelo decreto nº 9.759 de 11 de abril de 2019 que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, revogando o decreto de 2014 que instituía o Sistema Nacional de Participação Social. No contexto político de início de um novo governo, tal ato sinalizou restrições na participação da sociedade na construção das políticas públicas.

O Conselho Municipal de Educação (CME) é um dos espaços que propiciam a participação da sociedade civil na definição dos rumos da educação, concebida como um dos vetores do desenvolvimento territorial. Para além das críticas e ressalvas em relação à atuação dos Conselhos, conhecer esses espaços é de fundamental importância no sentido de contribuir para criar condições para o seu aprimoramento e evitar retrocessos na democracia participativa.

O Conselho, enquanto órgão do Estado, está situado em um território cujo tecido social contém atores sociopolíticos que tencionam o espaço territorial para torná-lo mais inclusivo, solidário e sustentável. A atuação desse colegiado pode ou não corroborar para o desenvolvimento desse território, para tanto, há que se analisar o cumprimento das funções atribuídas aos conselhos, quais sejam de caráter consultivo, deliberativo, de mobilização e controle social.

No tocante à concepção de desenvolvimento territorial, para além do economicismo estabelecido na relação entre desenvolvimento e educação, propalada no Brasil principalmente no período da Ditadura Militar de 1964,

o desenvolvimento previsto contempla as dimensões social, política, cultural e humana. Concordando com Mutim (2018, p. 149), compreende-se o desenvolvimento “não como ponto de chegada, mas como caminho, ou seja, como processo de inclusão da educação na discussão sobre a gestão dos territórios”.

Nesse sentido, uma das pressuposições epistemológicas sobre a qual a pesquisa se fundamenta é a do desenvolvimento como conceito multidimensional, apoiada em Sachs (2008) em sua solidariedade sincrônica com a geração atual e solidariedade diacrônica com as gerações futuras ao entender que os objetivos do desenvolvimento são sempre sociais e éticos.

Em face do exposto, analisar a relação entre educação e desenvolvimento exige considerar a ausência de linearidade nesse processo. Duarte e Santos (2014) tecem críticas às concepções mais ingênuas, que atribuiriam um papel redentor à educação. Situam educação e desenvolvimento a partir do planejamento das ações governamentais, dessa forma reconhecem que na atualidade, o movimento dos ‘de baixo’ tem influenciado a formulação e a implementação da agenda política em educação.

A realização das conferências nacionais, a atuação de representantes de diversos movimentos sociais no aparelho do Estado, a participação de organizações não governamentais e internacionais em fóruns diversos, as intervenções de entidades empresariais, indicam para os analistas sociais que o planejamento educacional no país se faz com a participação desigual de múltiplos atores. (DUARTE E SANTOS, 2014, p. 78)

No atual sistema educacional brasileiro existe uma diversidade de fóruns e conselhos gestores que expõem as potencialidades de controle social sobre os governos. (DUARTE E SANTOS, 2014). Tornar esses espaços efetivos em suas funções é o desafio que se coloca diante do cenário de retrocessos que se descortina em relação às políticas de participação social no novo(velho) cenário político brasileiro.

METODOLOGIA

O percurso metodológico trilhado para realização da pesquisa foi baseado no enfoque qualitativo com utilização de pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental para a investigação. O mapeamento das produções acerca da temática em tela foi realizado em três âmbitos: nos programas de pós-graduação da Universidade do estado da Bahia (Uneb), na Bahia e no Brasil. O recorte temporal se ateve à última década.

Para efetivar o mapeamento das pesquisas sobre Conselho Municipal de Educação no Brasil, foi realizada busca por assunto no Banco de teses e dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). No âmbito da Uneb, buscou-se dados no repositório institucional, o Centro de Documentação e Informação (CDI), que reúne dados dos programas de pós-graduação em educação do Campus I. No âmbito da Bahia, baseou-se em pesquisa de Cunha et. al. (2013), complementada por busca no BDTD.

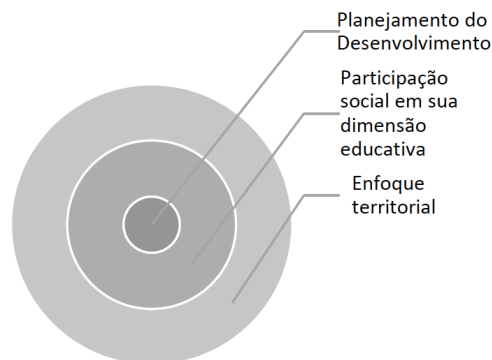
A busca foi realizada com as palavras-chave: Desenvolvimento Territorial e Conselho Municipal de Educação. Para fins de mapeamento, as aproximações entre as concepções de desenvolvimento territorial, desenvolvimento local e desenvolvimento sustentável foram consideradas, uma vez que os objetivos constantes nos trabalhos encontrados se vinculavam a um mesmo eixo conceitual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No âmbito da Universidade do Estado da Bahia, tem especial destaque o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Ambiental, Políticas Públicas e Gestão Social dos Territórios - GEPET, por meio do qual o desenvolvimento territorial foi pesquisado, nos últimos dez anos, sob a orientação do prof. Dr. Avelar Luiz Bastos Mutim, líder do grupo. Este defende que a dimensão educativa da participação social, no enfoque territorial, é parte fundamental da linha de investigação proposta pelo GEPET (MUTIM, 2018).

A relação que se estabelece nas propostas de pesquisa do GEPET pode ser visualizada no diagrama a seguir.

Figura 1 – Linha de investigação proposta pelo Gepet



Fonte: Elaborada pela autora com base em Mutim (2018, p. 157)

Observa-se que ter o planejamento do desenvolvimento como alvo, pressupõe um fio condutor que perpassa o enfoque territorial e, dentro dele, a dimensão educativa da participação social. Dessa forma, o planejamento do desenvolvimento tem um significado político-institucionalizado, que comporta processos horizontais de integração e participação. (MUTIM, 2018). Tal compreensão é coerente com os objetivos da Linha de pesquisa 3 do Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC), Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável, que tem como foco a análise da sociedade brasileira e da realidade local/regional, nos aspectos socioeconômicos, político-culturais e educacionais, na busca por explicar as determinações do processo educativo na formulação e a avaliação de políticas públicas (PPGEduC, 2018).

O quadro, em seguida, expõe uma cartografia dos trabalhos produzidos, nos últimos dez anos, ligados a três Programas de Pós-graduação da Uneb, Campus I: Educação e Contemporaneidade (PPGEduC), Gestão e Tecnologias aplicadas à Educação (GESTEC) e Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (PGDR) atualmente desativado. Apresenta alguns objetivos para se compreender os recortes de cada pesquisa. Na busca, na base de dados da Universidade, foi inserido o termo “Desenvolvimento territorial” e encontrados nove (9) trabalhos:

Quadro 1 – Rol de Pesquisas sobre Desenvolvimento Territorial/local/sustentável nos Programas de Pós-Graduação da UNEB – Campus I entre 2008 e 2018

AUTOR/ ANO/ PROGRAMA	TÍTULO DA PESQUISA	OBJETIVO	MUNICÍPIO / TERRITÓRIO ESTUDADO
SANTOS, 2008 PGDR	Universidade Pública e Desenvolvimento Local: A Presença Da Universidade Estadual de Santa Cruz (Uesc) No Bairro Do Salobrinho Em Ilhéus – Bahia No Período De 1991 A 2008	Analisar a influência da presença da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) em seu entorno, o bairro do Salobrinho no município de Ilhéus-Bahia, observando-se sua contribuição enquanto instituição impulsionadora de desenvolvimento social e econômico no contexto local.	Ilhéus

AUTOR/ ANO/ PROGRAMA	TÍTULO DA PESQUISA	OBJETIVO	MUNICÍPIO / TERRITÓRIO ESTUDADO
SOUZA, H. F., 2009 PPGEduc	Desenvolvimento Territorial No Estado Da Bahia: O Caso Das Escolas Agrotécnicas Estaduais De Amargosa E Irecê.	Discutir a territorialidade das escolas agrotécnicas estaduais na Bahia; Compreender como as escolas agrotécnicas têm contribuído para a promoção do desenvolvimento e da sustentabilidade dos territórios baianos	Amargosa e Irecê
LAGO, 2010 PPGEduc	Universidade Do Estado da Bahia e o Desenvolvimento Territorial Sustentável: Estudo da Relação Do Campus XVI Com O Território de Identidade de Irecê	Verificar como o planejamento da UNEB tem auxiliado na articulação dos Departamentos com o desenvolvimento sustentável dos Territórios de Identidade;	Território de Identidade
CARNEIRO, 2013 GES-TEC	Desenvolvimento Territorial Sustentável E Serviço Social: Contribuições Da Faculdade Nobre (Fan) Para A Gestão Social Do Território Portal Do Sertão/Bahia Em Articulação com o Conselho De Desenvolvimento Sustentável	Analisar as concepções de diretores, professores e alunos do Curso de Serviço Social da Faculdade Nobre (FAN) sobre o Desenvolvimento Territorial, como base para refletir sobre as possíveis contribuições da Instituição de Ensino para a gestão social e sustentável do Território Portal do Sertão/Bahia.	Território de Identidade Portão do Sertão
SOUZA, I. H. 2013 PPGEduC	Educação Ambiental E Desenvolvimento Territorial Sustentável: Entrelaçando Políticas E Práticas Que Envolvam Educação, Desenvolvimento E Sustentabilidade No Território De Identidade Velho Chico/BA	Analisar as práticas sociais de EA, desenvolvidas no Território Velho Chico (TVC), relacionando-as com o seu desenvolvimento territorial. Analisar a relação entre os pressupostos expressos na documentação legal (PTDRS do TVC, GESTAR, entre outros) e as práticas d	Território de Identidade Velho Chico
NEIVA, 2013 PPGEduc	Dilemas do Desenvolvimento no Semiárido: O Caso do Programa Produzir nos Sertões de Canudos – Bahia	Examinar a contribuição das políticas públicas para o desenvolvimento do Semiárido brasileiro, quanto às contribuições do Programa Produzir no município de Canudos, buscando problematizar suas estratégias metodológicas e os seus resultados.	Canudos
BARBOSA, 2013 PPGEduC	<i>Financiamento Público Das Universidades Estaduais Baia-nas: Restrições Orçamentárias, Expansão Universitária E Desenvolvimento Local</i>	Avaliar o impacto das instituições de ensino superior, em especial das instituições de ensino superior pública estadual, no potencial de desenvolvimento local.	Estado da Bahia

AUTOR/ ANO/ PROGRAMA	TÍTULO DA PESQUISA	OBJETIVO	MUNICÍPIO / TERRITÓRIO ESTUDADO
LIMA, 2014 PPGEduC	A Economia Popular e Solidária Como Estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário	Analisar os elementos que contribuem para que a Economia Popular e Solidária seja uma estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário.	Feira de Santana
ROCHA, 2014 PPGEduC	Educação Ambiental e Agroecologia na Agricultura Familiar: uma contribuição para o Desenvolvimento Sustentável no Território de Irecê-Ba	Analisar as práticas de educação ambiental desenvolvidas pelos técnicos da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), associadas à agricultura familiar agroecológica no Território de Irecê, Bahia, e a sua potencial contribuição para o desenvolvimento sustentável	Irecê

Fonte: Elaborado pela autora em consulta ao portal CDI UNEB

Portanto, foram localizados nove trabalhos, entre 2008 e 2018, em três programas de pós-graduação do Campus I da Uneb, relativos ao tema Desenvolvimento Territorial/Local/sustentável. Como se observa nos objetivos, o desenvolvimento territorial/local/sustentável se entrelaça com objetivos de programas e instituições. Os resultados e as conclusões das pesquisas trazem algumas contribuições para a discussão que se propõe nesse trabalho.

A pesquisa de Santos (2008) apresenta a conclusão que a UESC precisa de projetos de conscientização e auto sustentação local para melhor contribuir para o desenvolvimento do bairro do Salobrinho em Ilhéus, gerando melhores condições de vida para a população do bairro. Já Miranda (2010) conclui que a comunidade externa da UNEB a reconhece como uma Instituição Social capaz de contribuições no desenvolvimento do Território de Identidade de Irecê e recomenda o debate sobre a função da Universidade no contexto onde está inserida, visando o desenvolvimento econômico e social.

Em Souza, H. F. (2009) existe o apontamento da necessidade de articulação mais direta entre as escolas agrotécnicas e as políticas de desenvolvimento territorial, enquanto Carneiro (2013) conclui que o Curso de Serviço Social pode desenvolver várias estratégias que contribuam com o desenvolvimento social do Território a partir de um plano de ação.

Lima (2014) afirma que a Economia Solidária se constitui numa estratégia para o Desenvolvimento Local Solidário, através de vários agentes,

destacando as Incubadoras Universitárias, consideradas por seus pares, como capazes de articular saberes e conhecimentos diversos e locais. Para Barbosa (2013) há evidências estatísticas de que a presença de uma instituição de ensino superior estadual exerce impacto sobre o potencial de desenvolvimento local, na medida que observa uma forte associação entre a presença dessas instituições e elevado potencial de desenvolvimento.

Dessa forma, as pesquisas mencionadas, apresentam conclusões convergentes em relação à importância do papel desempenhado pelas instituições para o desenvolvimento territorial.

Acerca do tema Conselho Municipal de Educação, foram encontradas três dissertações, de 2007 a 2018.

Quadro 2 - Pesquisas nos Programas de Pós-Graduação da UNEB - Campus I sobre Conselho Municipal de Educação, entre 2007 e 2018

AUTOR/ ANO/ PROGRAMA	TÍTULO	OBJETIVO	MUNICÍPIO / TERRITÓRIO ESTUDADO
NASCIMENTO, 2007 PPGEduC	Conselho Municipal de Educação: uma Análise de sua Participação no Sistema Municipal de Ensino de Santa Luz – Bahia	Analisar como o Conselho Municipal de Educação vem desempenhado as suas atribuições regimentais no que se refere a sua participação no âmbito do Sistema Municipal de Ensino de Santa Luz, no período de 2002 a 2006	Santa Luz
LEAL, 2011 PGDR	Descentralização e Participação nas Políticas Públicas: Limites e Constrangimentos na atuação dos Conselhos Municipais de Recife	Verificar, a partir das experiências dos conselhos municipais de Recife, quais os limites e constrangimentos institucionais, políticos e sociais enfrentados	Recife
OLIVEIRA, 2018 GESTEC	Projeto de Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação: uma Análise da Política Pública de Formação de Conselheiros promovida pelo Programa de Apoio à Educação Municipal – Proam	Analisar, no âmbito do estado da Bahia, a sistematização e implementação da política pública de Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Educação, por meio da formação continuada de seus conselheiros	Estado da Bahia

Fonte: Elaborado pela autora em consulta ao portal CDI UNEB

Sobre os resultados das três pesquisas arroladas, convém destacar alguns aspectos que contribuem para esse trabalho. Nascimento (2007) conclui que o CME de Santa Luz não cumpre suas funções integralmente,

principalmente no que se refere às funções deliberativa e fiscalizadora. A pesquisadora afirma que os conselheiros têm uma participação indireta e passiva, devido à falta de integralidade exigida nos processos de atuação e função desses conselheiros.

A pesquisa de Leal (2011) identifica inúmeros limites e constrangimentos enfrentados na atuação dos conselhos que interferem na descentralização e participação das políticas públicas, dificultando a efetividade desses processos. Conclui que os conselhos municipais não têm alcançado os objetivos para os quais foram concebidos, assim como não vêm funcionando como instrumentos eficazes de descentralização da gestão e, mecanismos de participação popular capazes de expressar-se como um espaço democrático efetivo na negociação de interesses coletivos.

Para Oliveira (2018) a realidade do planejamento e implementação de políticas públicas para educação no Estado da Bahia deve ser construída numa perspectiva interinstitucional

[...] voltada para a efetivação da autonomia dos entes federados nos aspectos normativo, administrativo e financeiro, a fim de evitar descontinuidades e interrupções que fragilizam a materialização dos regimes de cooperação e colaboração. [...] A ausência de uma visão interinstitucional e intergovernamental de continuidade das políticas públicas fragiliza o processo formativo dos Conselheiros Municipais de Educação, bem como, inibe a participação da sociedade na construção da gestão democrática da educação. (OLIVEIRA, 2018, p. 9)

As três pesquisas apontam limites quanto à atuação dos Conselhos e execução de programas, porém reafirmam a importância dos mesmos para garantia da participação social qualificada que reverbera na realidade socioeducativa.

O mapeamento das pesquisas sobre Conselho Municipal de Educação no Brasil, por meio do Banco de teses e dissertações da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações apontou 22 (vinte e duas) ocorrências de 2003 a 2016, em diferentes universidades, cujos títulos figuram no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 - Pesquisas sobre Conselho Municipal de Educação entre 2003 e 2016 no Brasil

AUTOR/ ANO/	INSTITUIÇÃO / TIPO	TÍTULO	MUNICÍPIO / TERRITÓRIO ESTUDADO
DUTRA, 2005	UFRGS Dissertação	O Conselho Municipal de Educação de Porto Alegre: estrutura, funcionamento e papel político-pedagógico	Porto Alegre / RS
MELO, 2005	UFPE Dissertação	A participação da sociedade civil no Conselho Municipal de Educação da Cidade do Recife no período de 2001 a 2004	Recife / PE
BETLINSKI, 2006	PUC SP Tese	Conselhos municipais de educação: participação e cultura política	Santo André e São Caetano do Sul / SP
OLIVEIRA, 2008	UERJ Tese	O Conselho Municipal de Educação no Brasil: práticas políticas e deliberação pública em Nova Iguaçu	Nova Iguaçu / RJ
UMANN, 2008	UFRGS Dissertação	O controle social e público da gestão financeira da educação através dos conselhos municipais em Triunfo	Triunfo / RS
PEREIRA, 2008	UNESP Dissertação	Conselhos municipais de educação: desafios e possibilidades na gestão democrática de políticas educativas	Andradina, Presidente Prudente e Presidente Bernardes / SP
ELIAS, 2008	UFPA Dissertação	O Conselho Municipal de Educação: a participação da sociedade civil e os desafios da representação democrática nas deliberações das políticas educacionais para o município de Belém-PA	Belém/ PA
SILVA, 2009	UFRGS Dissertação	Conselhos municipais de educação na instituição dos sistemas municipais de ensino no Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul
SILVA, 2009	UNESP Dissertação	Gestão democrática do ensino público: um estudo do Conselho Mun. de Educação de Rio Claro no período de 1997 a 2004	Rio Claro /SP
SANTOS, 2010	UFPB, Dissertação	Gestão democrática na educação: a experiência de participação no Conselho Mun. de Educação de Campina Grande-PB (2009-2010)	Campina Grande/PB
MOURA, 2010	UFPB Dissertação	Democracia, participação e controle social nos Conselhos Municipais de Educação	Microrregião de Guarabira /PB

AUTOR/ ANO/	INSTITUIÇÃO / TIPO	TÍTULO	MUNICÍPIO / TERRITÓRIO ESTUDADO
SILVA, 2010	UNESP Dissertação	O conselho municipal de educação de São José do Rio Preto: participação e cidadania	São José do Rio Preto / SP
ELMARI, 2010	UNIV. TUITI PR Dis- sertação	Os conselhos municipais de educação: o caso do município de São José dos Pinhais	São José dos Pinhais / PR
ALVES, 2011	UFG Dissertação	Conselhos Municipais de Educação em Goiás: Historicidade, Movimentos E Possibilidades	Anicuns, Nazário, Santa Bárbara de Goiás e São Luís de Montes Belos GO
FERREIRA, 2012	UNISINOS Tese	Conselhos municipais de educação: participação e cultura política para a construção democrática	Castanhal PA Novo Hamburgo/ RS
GOMES, 2014	UFPB Dissertação	Gestão democrática e aprendizagem organizacional na formação do conselho municipal de educação de Arara	Arara /PB
LIMA, 2014	UFPA Tese	Controle social e descentralização na gestão da política educacional de Castanhal / PA	Castanhal/PA
MAIA, 2016	UFJF Dissertação	Os desafios do gestor educacional na implementação do conselho municipal de educação em Urucurituba – AM	Urucurituba/AM
TORMES, 2016	UFSM Dissertação	As políticas públicas e os conselhos municipais de educação: em foco o financiamento	Santa Maria e São Sepé/ RS
FERNANDES 2016	UFES Dissertação	Conselho Municipal de Educação: figurações, interdependências e políticas de educação especial	São Mateus/ ES
SALLES, 2016	USP Dissertação	Participação democrática no Conselho Mun. de Educação de Ribeirão Preto	Ribeirão Preto /SP
VINHA, 2018	UFG Dissertação	Conselho Mun. de Educação de Goiânia: disputas e conflitos	Goiânia / GO

Fonte: Elaborado pela autora em consulta à BDTD

Como se observa nos títulos, é recorrente a análise acerca da atuação do Conselho no que tange as suas funções, porém vários trabalhos ultrapassam o desempenho institucional e enveredam pelo desempenho sociopolítico.

O quantitativo e a distribuição das instituições em diferentes regiões brasileiras, indicam a importância do tema para a pesquisa em educação no

Brasil, além de apontarem a relevância da participação social na gestão da política educacional.

Com a temática educação e desenvolvimento territorial/local foram sete ocorrências, sendo três teses e quatro dissertações entre 2010 e 2018.

Quadro 4- Teses e dissertações com a temática educação e desenvolvimento

AUTOR/ ANO/	INSTITUIÇÃO / TIPO	TÍTULO	MUNICÍPIO / TERRITÓRIO ESTUDADO
URZÊDA (2010)	UnB Dissertação	A Fundação Banco do Brasil e o Programa de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável do Território dos Cocais, no Piauí: articulações institucionais e educação	Território dos Cocais, PI
SALGADO (2010)	UnB Dissertação	A prática educativa e o desenvolvimento territorial: um estudo de caso no município de Chapada Gaúcha, MG	Chapada Gaúcha, MG
BELONI (2014)	Unicentro PR Dissertação	Descentralização territorial da educação profissional e tecnológica no Paraná: determinante de desenvolvimento local?	Paraná
MORAIS (2015)	UNESP Tese	A importância da educação profissional na modalidade de educação a distância para o desenvolvimento territorial	Piauí
VASCONCELOS (2016)	UFBA Dissertação	Educação integrada ao desenvolvimento local: possibilidades e desafios para a gestão municipal	Eusébio - CE Xaperé (Fictício) BA
NASCIMENTO (2018)	UFBA Tese	A expansão da educação superior como estratégia de desenvolvimento territorial: o caso da Universidade Federal do Cariri	Microrregião Cariri CE
FRANÇA (2018)	Univ. Reg. de Blume- nau Tese	Desenvolvimento territorial e pactos políticos: o caso do Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE) em Santa Catarina de 2003 a 2015	Santa Catarina

Fonte: Elaborado pela Autora em consulta ao portal BDTD

Quanto ao resultado dessas pesquisas, é importante considerá-los para o desenvolvimento desse trabalho. Urzêda (2010) indica que o projeto BB Educar, apesar dos resultados positivos, foram detectadas algumas limitações

de ordem estrutural, no que diz respeito à disponibilidade espaços adequados para implementação dos núcleos de alfabetização. Entretanto, existem indicativos de que as ações desenvolvidas pelo projeto poderão fomentar a elevação dos níveis de empoderamento da comunidade e, conseqüentemente, favorecer o processo de desenvolvimento sustentável e integrado na região.

A pesquisa de Salgado (2010) afirma que propostas de desenvolvimento territorial existentes na região pesquisada são dúbias, vinculando o município a territórios distintos, nem sempre compatíveis com a identidade da população; e suas atividades encontram-se desconectas e pouco reconhecidas pela população. As escolas possuem necessidades básicas com pouco diálogo existente entre seus profissionais e com a inexistência de parcerias contínuas com a comunidade e demais instituições. Outro agravante é que a comunidade é majoritariamente desprovida de bases materiais e informacionais.

Estes fatores dificultam seriamente a participação da população nos projetos propostos, bem como à estruturação e continuidade destes enquanto novas propostas de desenvolvimento. Todavia, caracteres como o rico contexto socioambiental, a capacidade organizativa da população, o apoio político e a sensibilização territorial já existente, contribuem significativamente para mudanças de fato com qualidade e equidade socioambiental. Para tanto, sugere-se a revisão e reestruturação dos pontos críticos [...] tendo a escola como elo imprescindível, enquanto gestora e fomentadora de parcerias para a capacidade humana em modificar seu espaço-tempo e (re) criar sua realidade sócio-comunitária. (SALGADO, 2010, p. 7)

Beloni (2014) verifica que o afunilamento das políticas educacionais rumo à espacialização das universidades federais via Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, faz da UTFPR precedente no processo, justificando a necessidade da análise das diferentes repercussões na implementação das unidades descentralizadas em cidades do interior do Paraná, especialmente enquanto vetor de desenvolvimento local/regional, diversificação econômica e empregabilidade.

Morais (2015) constata que para a educação atingir sua finalidade com qualidade e com o propósito de desenvolvimento devem ser levados em consideração indicadores e variáveis, tais como: a) questões socioeconômicas e culturais dos atores sociais envolvidos; b) gestão pública e organização de políticas de fomento a educação; c) profissionalização e empregabilidade e d)

finalidade social. A pesquisa realizada pelo autor demonstrou que há muito a melhorar na estruturação dos cursos ofertados no que tange a laboratórios, visitas técnicas, material didático e melhor entrosamento dos atores do processo ensino aprendizagem, bem como um estudo mais aprofundado para que se possa escolher os cursos que melhor atendam as demandas territoriais.

Vasconcelos (2016) se propôs a indicar caminhos possíveis, aos gestores de municípios de pequeno porte, para integrar educação básica ao desenvolvimento local. Assim, produziu um documento, Tecnologia de Gestão Social – TGS, que reúne estratégias para implantação e implementação da Educação Integrada ao Desenvolvimento Local – EIDL direcionada aos gestores municipais que desejam impulsionar o desenvolvimento e acreditam que a educação é uma ferramenta de transformação social.

Nascimento (2018) ao analisar como se efetivou a criação da Universidade Federal do Cariri como uma estratégia de desenvolvimento territorial para o sul do Ceará, revela em sua tese como os processos sociocêntricos podem ser importantes para a implementação de políticas públicas mais regionalizadas e melhor integradas às necessidades locais. Como sugestões de ampliação do estudo indica que universidades congêneres à Universidade Federal do Cariri podem ser analisadas a partir do enfoque dado no que tange às negociações, participação e interesses no processo de criação dessas instituições.

Acerca das pesquisas desenvolvidas no estado da Bahia sobre os Conselhos Municipais de Educação, Cunha et al (2013) fazem um levantamento que localiza estudos sobre CMEs de quinze municípios baianos. Segue o quadro-síntese apresentado pela autora, cujos dados são relevantes para essa pesquisa.

Quadro 5 – Caracterização dos estudos consultados sobre CMEs do Estado da Bahia - 1996-2010

AUTOR	TIPO DE TEXTO	OBJETIVO	MUNICÍPIO / TERRITÓRIO ESTUDADO
MEIRA, 1998	Dissertação de Mestrado	Analisar a atuação do CME para o efetivo cumprimento do direito à educação escolar.	Camaçari, Catu, Feira de Santana, Guanambi, Paripiranga, Salvador, Serrinha, Simões Filho, Vitória da Conquista
MEIRA, 1998	Periódico		
MEIRA, 1998	Livro		
MEIRA, 1998	Periódico		

AUTOR	TIPO DE TEXTO	OBJETIVO	MUNICÍPIO / TERRITÓRIO ESTUDADO
TRABUCO, 2006	Dissertação de Mestrado	Investigar o processo de democratização das relações de poder no interior da gestão da educação e da escola, a partir da municipalização e da descentralização dos recursos no município de Itaberaba/BA entre 2001 e 2004.	Itaberaba
RAIC, 2009	Artigo	Analisar o regime de colaboração entre sistemas municipais de ensino no município de Jequié, tendo em vista a construção de um sistema articulado nacional.	Jequié
LIMA, RAIC, SANTOS, 2009	Relato de Experiência	Relatar a experiência sobre a participação dos conselheiros no Conselho Municipal de Educação de Jequié/BA entre 2006 e 2008.	Jequié
NASCIMENTO, 2007	Dissertação	Analisar a participação dos conselheiros do CME no âmbito do sistema municipal de ensino de Santaluz, no período de 2002 a 2006.	Santa Luz
FURTADO, 2010	Dissertação	Analisar a integração dos órgãos que compõem a educação no município de Barreiras, tendo em vista a organização de seu sistema de ensino.	Barreiras
COELHO, 2006	Dissertação	Analisar a participação dos movimentos sociais nos conselhos de educação dos municípios de Pintadas e Valente e sua interferência na gestão democrática.	Pintadas/Valente
ROCHA, 2001	Dissertação	Estudar a participação da sociedade civil nos CMEs da Bahia tendo em vista a construção de formas democráticas de gestão.	Catu, Paripiranga, Salvador e Vitória da Conquista

Fonte: Cunha et al (2013)

Atualizando o Quadro 5, foram localizados três trabalhos sobre Conselhos Municipais de Educação: o trabalho de Longo (2015), Castro (2016) e Carvalho (2019).

Quadro 6 – Caracterização dos estudos consultados sobre CMEs do Estado da Bahia

AUTOR	TIPO DE TEXTO	OBJETIVO	MUNICÍPIO / TERRITÓRIO ESTUDADO
LONGO, 2015	Dissertação UESC	Analisar a atuação do Conselho Municipal de Educação de Aurelino Leal/BA.	Aurelino Leal
CASTRO, 2016	Tese UFBA	Compreender os princípios e concepções presentes nos textos oficiais que regulamentam a criação e organização do CME de Feira de Santana	Feira de Santana
CARVALHO, 2019	Dissertação UNEB	Analisar a atuação do CME de Teixeira de Freitas BA e sua relação com o desenvolvimento do Território de Identidade Extremo Sul da Bahia	Teixeira de Freitas

Fonte: Elaborado pela autora

Como observam Cunha et. al. (2013), apesar da Bahia ser constituída por 417 municípios, apenas 15 e, no momento, 18, dispõem de estudos sistematizados acerca dos respectivos Conselhos Municipais de Educação. Tal fato desvela um cenário pouco investigado, no que diz respeito à participação social nos CMEs, e enseja um investimento maior das pesquisas acadêmicas quanto à temática sobremodo relevante para o desenvolvimento da educação municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estado do conhecimento sobre as pesquisas com a temática Conselho Municipal de Educação e o desenvolvimento territorial indicou a frequência daquelas que exploram isoladamente cada temática, analisando principalmente a efetividade da participação social nos diversos conselhos gestores de políticas públicas. Tanto no âmbito dos Programas de Pós-Graduação da UNEB, quanto de outros programas, as pesquisas acerca de desenvolvimento territorial estiveram presentes nos últimos dez anos, tendo em vista as políticas de desenvolvimento territorial no país e, particularmente, no Estado da Bahia.

Por esse levantamento de produções acadêmicas, observa-se que a temática dos Conselhos Municipais de Educação ainda é passível de exploração. A ausência da dimensão territorial nas pesquisas sobre o Conselho Municipal de Educação, que confere maior abrangência à abordagem da participação social, indica uma lacuna que outras pesquisas podem preencher. Os resultados apontam que a produção científica que discute a atuação do CME atrelada ao desenvolvimento territorial, ainda é incipiente. Dessa forma cabe ampliar o rol de pesquisas que analisem a repercussão da atuação do CME e da educação no desenvolvimento territorial.

Portanto, discutir educação e desenvolvimento territorial, pressupõe pensar numa perspectiva de totalidade, na qual os nexos entre esse binômio vão construindo as bases para uma nova sociabilidade, assentada nos princípios da inclusão social, participação e sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES. INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em 15 set. 2018.

BRASIL. Decreto n. 8.243 de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social e o Sistema Nacional de Participação Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8243.htm. Acesso em: 03 fev. 2018.

BRASIL. Decreto 9.759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO Seção 1 – Extra, Edição 70-A, p. 5. 11 abr. 2019.

CARVALHO, Cecília Maria Mourão. **Educação e Desenvolvimento Territorial**: uma análise da atuação do Conselho Municipal de Educação de Teixeira de Freitas BA. Orientador: Avelar Luiz Bastos Mutim. 2019. 166 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade). Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2019.

CENTRO DO DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. Universidade do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.cdi.uneb.br/site/>. Acesso em 15 set. 2018.

CUNHA, Maria Couto et. al. CMEs no estado da Bahia: os desafios para a compreensão do alcance das práticas democráticas na educação municipal. In: SOUZA, Donaldo Bello (org.). **Mapa dos Conselhos Municipais de Educação no Brasil**. São Paulo: Loyola, 2013. p. 77-94.

DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira; SANTOS, Maria Rosimary Soares. Educação e Desenvolvimento: planejamento de ações governamentais e novos modos de regulação social. In: SOUZA, Donaldo Bello de; MARTINS, Ângela Maria (Orgs.). **Planos de Educação no Brasil: Planejamento, políticas e práticas**. São Paulo: Loyola, 2014. p. 73-98

LINHAS DE PESQUISA. Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade PPGEduc. Universidade do Estado da Bahia. Disponível em: <https://portal.uneb.br/ppgeduc/linhas-de-pesquisa/>. Acesso em: 14 dez. 2018.

MUTIM, Avelar Luiz Bastos; MACHADO, Célia Tanajura; SANTOS, Aline de Oliveira Costa (orgs.) **Educação profissional, território e sustentabilidade**. Curitiba: CRV, 2018.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.